



Revista História da Educação

ISSN: 1414-3518

rhe.asphe@gmail.com

Associação Sul-Rio-Grandense de

Pesquisadores em História da Educação

Brasil

de Faria Peres, Fabio; Andrade de Melo, Victor
O TRATO DA GYMNASTICA NAS REVISTAS MÉDICAS DO RIO DE JANEIRO DA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO 19

Revista História da Educação, vol. 19, núm. 46, mayo-agosto, 2015, pp. 167-185
Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321638446011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O TRATO DA GYMNASTICA NAS REVISTAS MÉDICAS DO RIO DE JANEIRO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO 19

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/46494>

Fabio de Faria Peres

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Victor Andrade de Melo

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.



Resumo

No decorrer do século 19 a ginástica foi discutida, reconhecida como importante tema e difundida por instituições que se atribuíam o domínio do saber médico. Interessa-nos abordar sobre essas articulações entre os conhecimentos e práticas médicas e a ginástica, buscando compreender como esse olhar específico adquiriu legitimidade, constituindo um entendimento que se manifestou na introdução da prática nas escolas brasileiras. Tendo em vista esse intuito, discute-se os posicionamentos sobre a ginástica publicados em três periódicos médicos editados na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século 19: *Semanário de Saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense* e *Revista Médica Brasileira*.

Palavras-chave: ginástica, educação física, medicina.

THOUGHTS ON GYMNASTICS IN RIO DE JANEIRO MEDICAL JOURNALS IN THE FIRST HALF OF THE NINETEENTH CENTURY

Abstract

During the 19th century, gymnastics was discussed, recognized as an important issue and disseminated by institutions that attributed itself the domain of medical knowledge. We are interested in think about these linkages between medical knowledge and practice and gymnastics, trying to understand how this particular look has acquired legitimacy, providing a comprehension which was manifested in the introduction of the practice in Brazilian schools. In this sense, this study aims to discuss the thoughts on gymnastics published in three medical journals edited in the city of Rio de Janeiro in the first half of the 19th century: *Semanário de Saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense* and *Revista Médica Brasileira*.

Key-words: gymnastics, physical education, medicine.

MIRADAS SOBRE LA GIMNASIA EN LAS REVISTAS MÉDICAS DEL RIO DE JANEIRO DE LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO 19

Resumen

Durante el siglo 19, la gimnasia ha sido discutida, reconocida como un tema importante y difundida por instituciones que se atribuyan el dominio de los saberes médicos. Estamos interesados en el esclarecimiento de estas articulaciones entre el conocimiento y la práctica médica y la gimnasia, intentando percibir como esta mirada ha adquirido legitimidad, constituyendo una comprensión que se ha manifestado en la introducción de la práctica en las escuelas brasileñas. Con este fin, este estudio tiene el objetivo de discutir las miradas sobre la gimnasia publicadas en tres revistas médicas editadas en la ciudad de Río de Janeiro en la primera mitad del siglo 19: *Semanário de Saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense* y *Revista Médica Brasileira*.

Palabras-clave: gimnasia, educación física, medicina.

LA GYMNASTIQUE DANS LES REVUES MEDICALES DE LA VILLE DE RIO DE JANEIRO A LA PREMIERE MOITIE DU 19^E SIECLE

Résumé

Au cours du 19^e siècle, la gymnastique a été discuté, reconnu comme un problème important et diffusés par les institutions qui ont attribué le domaine des connaissances médicales. Nous sommes intéressés à enquêter sur ces liens entre les connaissances et la pratique médicale et la gymnastique, en essayant de comprendre comment ce regard particulier a acquis une légitimité, constituant une compréhension manifeste dans l'introduction de la pratique dans les écoles brésiliennes. À cette fin, la présente étude vise à examiner les emplacements sur la gymnastique dans trois revues médicales publiées à la ville de Rio de Janeiro à la première moitié du 19^e siècle: *Semanário de Saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense* et *Revista Médica Brasileira*.

Mots-clé: gymnastique, éducation physique, médecine.

Introdução

Diversos estudos já observaram que as relações entre higiene, medicina e saúde foram determinantes na estruturação de projetos de educação, sobretudo escolar, no Brasil do século 19 (Gondra, 2004; Soares, 2001; Cunha Júnior, 2008; Melo, Peres, 2014). Em maior ou menor grau, tais iniciativas contemplavam uma concepção de educação física que articulava os domínios corporais, morais e intelectuais, tendo em conta as necessidades e condições concretas da juventude recém-independente.

A nosso ver, todavia, merece mais atenção a forma como a ginástica, uma prática corporal específica relacionada a uma visão de educação física mais ampla, foi discutida, reconhecida como importante tema e difundida por instituições que se atribuíam o domínio do saber médico¹. Em outras palavras, interessa-nos abordar as articulações entre os conhecimentos e práticas médicas e a ginástica, buscando compreender como esse olhar específico adquiriu legitimidade e constituiu um entendimento que se manifestou na introdução da prática nas escolas brasileiras.

Tendo em vista esse intuito, esse estudo tem por objetivo discutir os posicionamentos sobre a ginástica publicados em três periódicos médicos editados na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século 19: *Semanário de Saúde Pública*, *Revista Médica Fluminense* e *Revista Médica Brasileira*².

Vale observar que esses não foram os primeiros, nem os únicos periódicos dessa natureza a serem publicados no século 19. Em 1822, por exemplo, foi lançada a *Folha Medicinal do Maranhão* (Rezende, 2009). Da mesma forma, no Rio de Janeiro, entre 1827 e 1828, foi editado o *Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia para o Império do Brasil e Nações Estrangeiras*, sob a responsabilidade do médico francês Joseph-François Xavier Sigaud (Ferreira, 2004).

Tendo em conta essa breve experiência é que Sigaud foi convidado para dirigir *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833), publicado sob a égide da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada em 1829. Essa entidade, em 1835, foi renomeada para Academia Imperial de Medicina, ocasião em que viu ampliado seu prestígio e reconhecimento público³.

Essa entidade foi a responsável pela edição dos outros dois periódicos que investigamos: a *Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e a *Revista Médica Brasileira* (1841-1843), essa última uma iniciativa mais ambiciosa, com pretensões de alcance nacional. O que nos motivou a escolher tais publicações foi esse caráter institucional⁴.

Os três periódicos tinham um formato similar, ainda que com variações no decorrer do tempo. Publicavam notícias traduzidas de revistas médicas internacionais, atas das sessões da entidade, artigos e cartas de associados. Vale considerar que a constituição

¹ No tocante a esse tema, devemos citar o importante estudo de Paiva (2003), que trabalhou com as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século 19.

² Como fontes auxiliares foram também utilizadas outras revistas médicas do período, relatórios oficiais de órgãos públicos e jornais de grande circulação.

³ Para um debate sobre as entidades e o cenário da medicina no Rio de Janeiro do período Imperial, ver Edler (2011).

⁴ Vale observar que, em 1835, chegou a ser lançado um periódico independente da entidade médica, o *Diário de Saúde ou Efemérides das Ciências Médicas e Naturais do Brasil*, liderado pelo mesmo Sigaud, que se excluíra ou fora excluído do projeto da *Revista Médica Fluminense* em função de tensões internas.

do campo da medicina no Brasil, inclusive suas dificuldades e tensões internas, também passou por essas iniciativas:

O nascimento do periodismo médico não foi, portanto, um fenômeno isolado, mas sim a expressão de uma atitude de relativa valorização da ciência por parte das elites dirigentes luso-brasileiras, cujo resultado foi a conformação do primeiro arranjo institucional científico nacional. (Ferreira, 2004, p. 93)

No século 19 o próprio discurso médico buscava se consolidar na vida social da Corte. As concepções de saúde e as experiências em torno das formas de curar e prevenir doenças eram plurais e controversas, incluindo saberes considerados não científicos. As relações entre esculápios, Estado, imprensa, curandeiros, boticários, eram marcadas por tensões e ambiguidades, não se percebendo um conjunto homogêneo de ideias e ações (Edler, 1998; Sampaio, 2001; Ferreira, 1999, 2003).

Nesse cenário, múltiplos interesses cercavam a publicação dos periódicos médicos. De um lado, buscava-se manter os esculápios atualizados sobre as novidades científicas. De outro, havia preocupações com a vulgarização das informações para a população em geral. Articulada com os dois aspectos, havia a intenção de forjar uma legitimidade para as ciências médicas, junto ao público e ao Estado, desautorizando outras formas de saber sobre a saúde e as doenças.

O número inicial do *Semanário de Saúde Pública*, por exemplo, apresentou o plano que deu origem à constituição do jornal, aprovado na sessão de 21 de outubro de 1830 da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Além de se atribuir o papel de difusor das luzes das ciências médicas, previa-se que a forma de manutenção financeira da iniciativa implicava na construção de uma rede mais ampla, que não se limitasse aos esculápios. Cada membro da entidade deveria se comprometer em conseguir dez assinantes, ao mesmo tempo em que a instituição esperava contar com as assinaturas das “Câmaras Municipais do Império, e de muitos facultativos, e cidadão curiosos, ou zelosos patriotas” que ajudariam a manter o “periódico científico tão interessante à humanidade, ao país, e a cada um dos cidadãos” (*Semanário de Saúde Pública*, 1831a, p. 3).

Enfim, como sugere Ferreira (1999), além do papel de regulação do comportamento do cientista, os periódicos eram perspectivados como forma de desempenhar a função de intermediário entre a comunidade médica e a sociedade, enquanto estratégia de legitimação social através da busca e formação de uma audiência mais ampla:

Uma característica importante dos primeiros periódicos brasileiros foi a inserção relativamente frequente de matérias versando sobre temas que pudesse interessar diretamente ao leitor leigo. A disposição de ‘falar à sociedade’ vinha ao encontro do ideal assumido pelos editores, ideal esse posto em prática pela publicação majoritária de trabalhos concernentes à higiene. A eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade e campo privilegiado de produção científica possibilita a compreensão não só do modo como determinadas doenças foram alçadas à condição de problemas de relevância social, mas também da forma como se deu a implantação do debate sobre os problemas sanitários do país. (p. 332)

É tendo em conta a relevância desses periódicos nos momentos iniciais da conformação do campo da medicina no Brasil que resolvemos investigá-los. A ideia é prospectar como, no âmbito dessas iniciativas, teriam se entabulado reflexões pioneiras sobre a ginástica, em um momento em que a prática ainda começava a surgir no cenário nacional, estando na ocasião mais relacionada aos espetáculos públicos, apresentados em circos e teatros (Melo, Peres, 2014).

Posteriormente, a ginástica se tornaria uma preocupação mais constante, relacionada à urbanização das cidades, bem como à defesa das fronteiras nacionais, notadamente a partir da década de 1870 (Silva, Melo, 2011; Melo, Peres, 2013). Entender seus momentos iniciais no país pode ajudar-nos a melhor perspectivar essa trajetória.

Medicina e ginástica: primeiros indícios de uma relação

A primeira menção à ginástica encontrada nos periódicos investigados é uma nota publicada, em janeiro de 1831, no *Semanário de Saúde Pública*, a respeito do ensaio *Considerações sobre a gymnastica*, escrito pelo dr. Amédée Dupau (*Semanário de Saúde Pública*, 1831b, p. 18). O pequeno informe comentava que o objetivo do médico francês era apresentar as vantagens do uso da prática no tratamento de deformidades físicas, percebidas pelo autor a partir das experiências que desenvolvera em seu estabelecimento ortopédico, localizado em Paris.

Tratava-se, de fato, de uma tradução de um breve texto informativo que fora publicado nos *Annales de la Médecine Physiologique*, em 1830, acerca do artigo que o dr. Dupau publicara na *Revue Médicale Française et Étrangère*, em 1829. Foi inserida na seção *Boletim universal* da publicação carioca, no item *Ciências medicas*, cujo objetivo era contribuir para manter os médicos atualizados sobre a produção de conhecimento na área.

A relação entre ginástica e ortopedia sugeridas pelo facultativo francês revela a gestação de uma racionalização do uso do corpo, sustentada pelos emergentes saberes médicos e pelas novas tecnologias. Como lembra Vigarello (2003; 2004), tratava-se de, no início do século 19, uma ruptura e uma renovação da visão acerca dos exercícios físicos: valorizava-se a eficácia e a mensuração das performances, bem como a sistematização de gestos e técnicas.

A publicação da nota no periódico brasileiro é um indício de que a comunidade médica já começava a se familiarizar e se interessar pelo tema. Importa destacar que a seção *Boletim universal* do *Semanário de Saúde Pública* apresentava uma seleção das notícias consideradas mais importantes veiculadas em diversas revistas médicas estrangeiras da época.

Essa suposição ganha força quando observamos as edições seguintes da publicação semanal da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Em abril de 1831, na seção dedicada à reprodução das atas das sessões da entidade, divulgou-se o que foi discutido em 19 de junho de 1830 (*Semanário de Saúde Pública*, 1831c). Isto é, numa reunião realizada cerca de seis meses antes da publicação da nota sobre o estudo do dr. Amédée Dupau.

Parte significativa dessa assembleia foi dedicada à leitura e aprovação do relatório da Comissão de Salubridade Geral, encarregada de apresentar sugestões para melhoramentos da higiene pública que a Sociedade de Medicina defenderia junto ao

Estado. O governo Imperial, aliás, em 1830, reconhecia a entidade como colaboradora no aperfeiçoamento do exercício da medicina e das questões ligadas à saúde. Em tal documento, dois pontos específicos reforçam a ideia de que, naquele momento, a educação física e, em particular, a ginástica, começavam a se institucionalizar no saber médico.

O primeiro ponto diz respeito à maior preocupação com a educação física das crianças, assunto sobre o qual, segundo a Comissão, àquele momento apenas se tinha dedicado o tratado de Mello Franco, que apesar de não ser considerado perfeito, dever-se-ia “lastimar que não seja mais conhecido entre nós”⁵ (*Semanário de Saúde Pública*, 1831c, p. 77). A proposta era que, dada a existência de diversas obras sobre o tema publicadas em francês e inglês, a Sociedade de Medicina deveria lançar uma contribuição própria que reunisse o que sobre o assunto “parecesse melhor” (*Semanário de Saúde Pública*, 1831c, p. 77). O objetivo principal era a circulação, “em língua vulgar” (*Semanário de Saúde Pública*, 1831c, p. 77), de informações que fossem úteis a “todos os pais de família”.

Parece claro, portanto, que a educação física era vista como um dos temas ao qual a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro se dedicava, tendo em vista um dos papéis que se atribuía: a vulgarização do saber médico na sociedade. Nesse caso, tal proposta se inseria em um projeto de educação não formal, distinto daqueles que se estabeleceriam pela própria entidade, em breve, para o meio escolar.

Além disso, ao listar uma série de tópicos que deveriam ser considerados pelo poder público, tendo em conta a questão da salubridade, o relatório fez menção direta à ginástica, considerada pela Comissão como uma prática ligada à saúde e aos divertimentos públicos, cuja importância deveria ser reconhecida pelo governo:

Ainda nos restaria muito a dizer sobre a construção viciosa das nossas casas, o estreitamento das ruas, [...] a falta de passeios, de plantações de árvores nas praças, [...] a falta de exercícios ginásticos, em que muito ganharia o povo, e o governo, que deve interessar-se emvê-lo alegre e divertido. (*Semanário de Saúde Pública*, 1831c, p. 79)

Chama atenção o posicionamento pelo qual foram estabelecidas as referências à educação física e à ginástica. Estavam ligadas à ideia de que havia uma interdependência entre a higiene privada, a higiene pública e a medicina, um dos eixos norteadores da elaboração do documento, revelando a compreensão sobre as relações entre indivíduo e sociedade que permeava a concepção de saúde expressa no relatório:

A Comissão lembra à Sociedade, que ainda que seu objeto especial seja a higiene pública, ela não pode deixar de aglomerar no seu relatório objetos de higiene privada, e medicina legal, visto que esses dois ramos da medicina prestam mais, do que nenhum dos outros, grande número de aplicações àquela ciência, que mesmo em rigor não é se não a higiene privada aplicada ao homem em sociedade. (*Semanário de Saúde Pública*, 1831c, p. 77)

⁵ O documento se referia ao *Tratado de educação física dos meninos, para uso da nação portuguesa*” do médico brasileiro Francisco de Mello Franco, editado em 1790, em Portugal.

Na edição de agosto de 1832 do *Semanário de Saúde Pública*, o tema voltou a ser objeto de atenção. O extrato da ata da sessão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, realizada em 14 de julho daquele ano, informava que o capitão Guilherme Luiz Taube solicitou que a entidade avaliasse uma produção de sua autoria, *A short treatise on the physic, and moral effects of gymnastic, and kalisthenic exercises*, a fim de atestar os benefícios dos exercícios ginásticos. A intenção de Taube era que a escola de ginástica que pretendia estabelecer na capital contasse com um respaldo científico, uma postura que certamente agradou aos facultativos, ciosos de reconhecimento público. Como responsável por exarar o parecer foi designado Luiz Vicente De-Simoni, fundador, membro titular e secretário perpétuo da Sociedade.

Menos de um mês depois, em 4 de agosto de 1832, o parecer foi apresentado em uma das sessões da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo depois publicado no *Semanário de Saúde Pública* (1832a). De-Simoni reconhece a validade do material, mesmo observando que carece de base científica:

A Memória que o Sr. Guilherme Luiz Taube apresentou a esta Sociedade, e de cujo exame vos dignastes encarregar-me, não é trabalho de um escritor que se proponha ilustrar esta parte da ciência, mas sim de um indivíduo, que, tencionando estabelecer neste país uma escola, aonde os exercícios ginásticos sejam praticados debaixo da sua direção; dirige-se a prevenir o publico em favor do seu estabelecimento, e do objeto dele; o que, para acreditar perante o mesmo público a utilidade física e moral deles, assim como a veracidade das asserções com que ele a afiança no seu escrito, recorre a esta Sociedade, submetendo ao seu juízo e aprovação o mencionado seu trabalho; não para ela julgar da sua perfeição como obra, mas da sua veracidade como peça dirigida a um público que pode duvidar dos princípios nela expandidos, e da utilidade da instituição que ele se propõe. (*Semanário de Saúde Pública*, 1832a, p. 413)

Embora não tenhamos acesso ao tratado entregue à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, é possível dimensionar, por meio do relatório de De-Simoni, os principais argumentos que Taube utilizou para enaltecer a ginástica⁶. Além da descrição dos possíveis ganhos físicos - aumento da força muscular, flexibilidade, agilidade e energia - e morais - o incremento do brio, da coragem, da confiança - promovidos pela prática, o capitão sustenta que “em diferentes partes do mundo, entre as nações mais clássicas, os exercícios ginásticos têm sido adotados, animados, e muito proveitosos, e como tais julgados necessários pelos médicos” (*Semanário de Saúde Pública*, 1832a, p. 414).

De-Simoni concorda com o autor, sugerindo que já havia posições consolidadas, pelo menos em parte da comunidade médica, sobre o valor da ginástica:

A Sociedade sem garantir, a perfectividade do método que o Sr. Taube se propõe empregar, o que ele não expende, pode emitir o seu parecer em geral acerca da utilidade dos estabelecimentos ginásticos, o afiançar que quanto o Sr. Taube assevera no seu escrito, sobre esta utilidade é uma verdade reconhecida por todos os médicos e escritores ilustrados. [...] Os

⁶ Taube, de origem sueca, exercera o cargo de mestre de ginástica em um colégio de Nova York. No Brasil atuara como capitão do Exército Imperial, tendo se casado com uma brasileira. Ficara desempregado em função da lei de 24 de Novembro de 1830, razão pela qual desejou, de novo, atuar como docente.

médicos mais distintos por seu saber têm abonado a ginástica em todos os tempos e em todas as partes do mundo instruído. (*Semanário de Saúde Pública*, 1832a, p. 414)

Para o facultativo, de fato a relação entre a prática corporal e as ciências médicas não era uma novidade:

As vantagens, pois, da ginástica não são problemáticas à face da medicina; elas são atestadas pela historia, e afiançadas pela ciência; nada há mais reconhecido e provado do que elas. A opinião favorável dos médicos de todos os países e de todos os séculos podemos francamente adicionar a nossa, e favorecer com ela a instituição de um estabelecimento a ela destinado, tal como o que se propõe o Sr. Taube. (*Semanário de Saúde Pública*, 1832a, p. 416)

De acordo com o esculápio, valeria a pena apoiar a iniciativa de Taube, já que os benefícios dos exercícios ginásticos não se limitavam à dimensão biológica, estando também relacionados às condições sociais, tão caras à saúde pública no século 19,

pois o fim desta declaração não é somente beneficiar um indivíduo que o estabelece, mas a população no meio da qual o estabelecimento vai ser erigido; por isso que as vantagens que este pode produzir podem ser grandes, e gerais, e são incontestáveis, e certas quando os exercícios sejam nele praticados com método, e debaixo dos preceitos da higiene. Trata-se neste caso, não de favorecer a instituição de um simples estabelecimento particular, mas a de um estabelecimento público cujas vantagens poderão ser aproveitadas por muitas pessoas, e principalmente pela classe mais débil e enferma da população; estabelecimento que até poderá influir sobre a conservação da saúde dos que o não forem, e sobre o melhoramento da constituição individual da nossa mocidade; desenvolvendo melhor seus órgãos e a sua força para melhor defender e servir a pátria, quer como soldados, quer como cidadãos, e artífices. (*Semanário de Saúde Pública*, 1832a, p. 416)

Para De-Simoni, enfim, era explícito que a ginástica poderia “exercer uma grande influência sobre o caráter, a glória, e prosperidade de uma nação, e não só ela é capaz de a beneficiar debaixo de um ponto de vista higiênico, como também social, e político” (*Semanário de Saúde Pública*, 1832a, p. 416).

É interessante perceber que, logo na semana seguinte à publicação do parecer de De-Simoni, o *Semanário* veiculou, na seção *Boletim universal*, uma matéria com título *Gymnastica*⁷, a última relacionada ao tema nesse periódico. Tratando de uma situação similar a de Taube: informa-se que o médico M. Clerc apresentou ao governo francês um projeto para o estabelecimento de uma academia de ginástica, tendo o ministro do interior solicitado um parecer à Academia de Medicina de Paris. Chama atenção dois aspectos do enfoque da notícia.

O primeiro é a ênfase em um dos pontos constantes no parecer emitido pela comissão da academia parisiense, presidida pelo médico Bricheteau: a análise dos diversos aparelhos de ginásticos a serem empregados no estabelecimento. De acordo com a notícia, tratava-se de instrumentos inventados por Clerc, caracterizados por serem de “execução fácil e pouco dispendiosa, e próprios não só a facilitar o desenvolvimento

⁷ A fonte da notícia é o periódico *Archives Générales de Médecine*.

regular do corpo como também a concorrer para a cura de certas moléstias" (*Semanário de Saúde Pública*, 1832b, p. 420). Uma vez mais, assim como no caso da matéria sobre a instituição ortopédica de Amédée Dupau, a ginástica aparece associada à emergência de uma racionalidade e de técnicas específicas sobre o corpo.

Outro ponto que se destaca é a ênfase na ideia de que o Estado deveria consultar a opinião de especialistas para melhor se posicionar. O conhecimento sobre a ginástica é visto como sendo de domínio do saber médico, devendo o governo reconhecer e legitimar tal poder e autoridade.

Enfim, desde esses primeiros momentos, a divulgação da relação entre ginástica, medicina, higiene e saúde pode ser encarada como um polo de justaposição entre, por um lado, a formação e, por isso, controle de uma comunidade médica-científica e, por outro, a instrução de um público mais amplo, reforçando a sua legitimização social enquanto saber exclusivamente médico.

Tratava-se não somente de uma ginástica, como aquela que era apreciada e apresentada nos circos e teatros (Melo, Peres, 2013), mas de uma ginástica médica, que se institucionalizava à luz dos preceitos da higiene e da saúde pública, mesmo que, naquele momento, ainda de forma embrionária.

Medicina e ginástica: ampliando a abordagem à busca de legitimidade

Ainda na década de 1830 é possível identificar mudanças no trato da ginástica nos periódicos médicos, mesmo que ainda persistissem alguns traços identificados no *Semanário de Saúde Pública*. Diferente do caráter mais geral e informativo observável na primeira revista, começa-se a publicar ensaios e estudos mais detalhados, ao mesmo tempo em que a autoridade e a legitimidade médica sobre o assunto se expandem para outras esferas.

Em abril de 1836, a *Revista Médica Fluminense* publicou um pequeno trecho da obra *Essai general d'education physique, morale et intellectuelle*, escrito por Jullien de Paris (*Revista Médica Fluminense*, 1836, p. 237). O autor, ao defender a necessidade de o médico conhecer o homem físico e moral, aponta a ginástica como um método simples e fácil para manter o equilíbrio do corpo humano.

Mesmo não sendo médico, a preocupação do francês era com as relações entre saúde e educação, reconhecendo a importância da medicina na formação da infância e da juventude. Lembremos que não se tratava de um tema original: já havia uma aproximação, ainda que vaga, entre a ginástica e a instrução de crianças e jovens. Esse, aliás, era um dos pontos mencionados por De-Simoni na apreciação da obra de Guilherme Taube.

Contudo, o diferencial nesse caso é que se tratava de uma obra reconhecida no campo educacional: conforme ressalta o próprio periódico, foi aprovada e adotada pelo Conselho Real de Instrução Pública da França. Uma vez mais se procura endossar a autoridade do saber médico a partir do reconhecimento da legitimidade que outras áreas e o Estado lhe conferem.

Importa assinalar que, naquele momento, já circulavam, em alguns jornais não médicos da Corte, matérias sobre a ginástica, nas quais havia referências a sua importância para a saúde. Um exemplo é o artigo *Da gymnastica*, publicado em duas ocasiões, no *Diário do Rio de Janeiro* (1838, p. 1) e no *Museo Universal* (1838, p. 341).

Além do destaque dado ao estabelecimento de ensino dedicado à prática dirigido por Francisco Amoros, na França, o texto salienta que, em 1780, o médico Tissot escreveu a obra *Gymnastica medica*, em que estabeleceu regras e métodos para os exercícios corporais.

De acordo com o artigo, a ginástica contribuiria para educar homens vigorosos, revertendo a má dirigida educação física da primeira infância, que estaria supostamente contribuindo para formar “arlequins” e “afeminados” (*Revista Médica Fluminense*, 1836, p. 237). As novas conformações sociais e as necessidades da nação exigiam homens masculinos, fortes e os exercícios seriam importantes contributos para alcance de tal intuito.

Se esses artigos ainda possuíam uma característica mais próxima do que era usual no momento anterior, logo surgiram estudos de outra natureza. Isso é, embora havendo a permanência de características tipicamente ensaísticas - um padrão narrativo no qual há, em geral, uma mistura entre opiniões, reconstrução histórica, julgamentos morais e projetos políticos - alguns textos começaram a apresentar feições, por assim dizer, mais científicas⁸, cuja audiência principal seria a própria comunidade médica.

Esse é o caso do artigo sobre pneumonia tuberculosa publicado, em 1839, na *Revista Médica Fluminense*. Ao tratar da influência do clima, das profissões e dos lugares na manifestação da doença, o médico Fourcault destaca o problema do sedentarismo e da falta de exercícios, entre os quais, passeios, corridas, ginástica, dança e esgrima:

É sobretudo na segunda infância, e ao tocar a época da puberdade que se deve prevenir a incubação lenta e graduada das moléstias tuberculosas; desditosos os meninos débeis e linfáticos, cuja inteligência prematura se cultiva à custa das forças físicas! Os estudos porfiados, a falta de exercício ao ar livre, alteram sua constituição, e os dispõe às mais graves afecções. Os passeios frequentes, as carreiras, a ginástica, a esgrima, a dança etc., são, pois, indispensáveis na tenra idade para manter o equilíbrio de uma importante função. (*Revista Médica Fluminense*, 1839a, p. 112)

A ginástica - seja entendida como um conjunto específico de técnicas corporais ou simplesmente como sinônimo de qualquer exercício - passaria, no decorrer do século 19, a ser constantemente citada como estratégia de prevenção e tratamento de moléstias físicas e mentais de diferentes naturezas. Em outros periódicos médicos, a veremos relacionada à enxaqueca (*Archivo Medico Brasileiro*, 1846, p. 89)⁹, anemia (*Archivo Medico Brasileiro*, 1848, p. 73), tísica (*Archivo Médico Brasileiro*, 1847, p. 175), paralisia (*Annaes Brasilienses de Medicina*, 1852, p. 172)¹⁰, ortopedia (*Annaes Brasilienses de Medicina*, 1853, p. 13), alienação mental (*Annaes de Medicina Brasiliense*, 1848, p. 12), entre outras.

Outro exemplo de maior detalhamento dos supostos benefícios da ginástica pode ser visto no artigo *Longevidade brasileira*, publicado também em 1839, na *Revista Médica Fluminense* (1839b, p. 139). O autor sugeria tratar-se de consenso científico que entre os fatores principais que contribuíam para a longevidade e a manutenção da saúde estaria a

⁸ A linguagem, o formato, a análise de dados, a citação de referências e pesquisas acadêmicas no corpo do texto, entre outros, são aspectos que os diferem do gênero ensaio.

⁹ Esse periódico foi publicado entre os anos de 1844 e 1848 e liderado por Ludgero da Rocha Ferreira Lapa.

¹⁰ Esse periódico era editado sob a égide da Academia Imperial de Medicina, dando sequência à experiência da *Revista Médica Brasileira*.

prática de exercícios, sobretudo, ginásticos. A inação era considerada como causa de diversas doenças, por inibir funções corporais que favoreceriam o prolongamento da vida.

Um aspecto importante desse artigo é a tentativa de adequar as teorias existentes às condições climáticas brasileiras, ao mesmo tempo em que caracteriza melhor os requisitos básicos do que deve ser entendido como exercício:

Se o exercício é necessário ao homem em todos os climas, ele torna-se da maior necessidade ao que habita as regiões tropicais; aí a elevada temperatura da atmosfera abatendo naturalmente a energia de todos os órgãos, faz com que eles para se reanimarem precisem de uma maior atividade. [...] Todavia cumpre dizer que o verdadeiro exercício e o mais útil, é o que põe em jogo todas as partes do corpo, e o que se faz ao ar livre, e de maneira alguma se deve dar este nome às doces oscilações de uma sege, ou de uma cadeirinha. [...] As pessoas que têm uma vida sedentária devem sempre ter presente que nada é tão próprio no nosso país para reanimar todos os órgãos e excitar agradavelmente o sistema nervoso, como o exercício a pé e ao ar livre. (*Revista Médica Fluminense*, 1839b, p. 140)

No ano seguinte será publicado, no mesmo periódico, um artigo integralmente dedicado ao tema. Sob o título *Utilidade e necessidade da ginástica*, o médico Emilio Joaquim da Silva Maia, na ocasião um importante personagem da Academia Imperial de Medicina e da Sociedade da Corte, argumentou que a prática era claramente uma parte da medicina, destinada a restabelecer a saúde, definindo-a como

a arte que tem por objeto exercer com método o todo ou parte do sistema locomotor, tanto para aumentar a esfera da ação dos músculos, como para conservar e restabelecer a saúde, e favorecer assim o aumento das faculdades físicas e morais do homem. (*Revista Médica Fluminense*, 1840, p. 473)

De acordo com a análise do médico, a ginástica seria um dos mais poderosos recursos da higiene e da terapêutica. Sua difusão e desenvolvimento, todavia, se encontravam atrasados no país, justificando, inclusive, a presença de algumas páginas dedicadas ao tema na *Revista Médica Fluminense*, até mesmo porque existiriam resistências à prática, no campo médico e nas diversas instituições sociais no Império.

Após uma descrição pormenorizada dos diversos efeitos locomotores, fisiológicos e intelectuais da ginástica, Maia advogava a generalização da prática nos colégios brasileiros, particularmente no Colégio Pedro II:

Se tais são os felizes resultados da aplicação desta salutar arte, quanto não é para sentir, que ela entre nós se ache ainda em tanto atraso, e que nas nossas casas de educação este meio ainda se não ache em prática? Pelo que seja-nos permitido ao terminar este artigo fazer mil votos para vermos esta preciosa arte mais generalizada no nosso país, e principalmente para a vermos introduzida nos Colégios Brasileiros, em cujas instituições ela torna-se de absoluta necessidade. Possa o nosso ilustrado Governo convencer-se desta verdade, e estabelece-la no útil instituto - Colégio de Pedro II - que com isto fará um importante serviço ao Brasil e à ciência. (*Revista Médica Fluminense*, 1840, p. 481)

Perceba-se que, nesse segundo momento, a escola passou a ser indicada como instituição fundamental para a oferta de exercícios ginásticos, considerada como espaço de grande importância para que o hábito fosse estendido a todos, a partir da educação de crianças e adolescentes.

A Academia Imperial de Medicina começou, mais constantemente, ter a ginástica como ponto de pauta das suas sessões. Podemos destacar algumas ocasiões em que isso ocorreu. No dia 2 de julho de 1840 debateu-se a melhor forma de oferecer a prática nos colégios (*O Despertador*, 1840, p. 3). Em 6 de agosto o tema central foi sua utilidade para a nação (*Diário do Rio Janeiro*, 1840a, p. 2). No dia 20 do mesmo mês o assunto volta à pauta (*Diário do Rio Janeiro*, 1840b, p. 3). Vale destacar que, nessas reuniões, o secretário geral foi Luiz Vicente De-Simoni, o mesmo que emitira o parecer sobre o tratado do capitão Taube.

No mesmo ano a Academia realizou, no dia 17 de setembro, uma nova sessão quase exclusivamente dedicada ao tema, cuja ata foi publicada em 1841 na *Revista Medica Brasileira*. A questão central da ordem do dia era uma vez mais o tipo de ginástica que convinha ao país. Os embates entre os médicos demonstram que não havia consenso sobre o assunto, ainda que todos reconhecessem a sua importância¹¹.

Grande parte das discussões girou em torno de qual ginástica seria a mais adequada ao clima e ao combate das principais moléstias que assolavam a Corte naquele momento, doenças sobre as quais, vale assinalar, também não havia concordância entre os médicos. Percebe-se, portanto, uma vez mais o esforço dos membros da Academia Imperial de Medicina em desenvolver conhecimentos sobre a prática que fossem adequados à realidade brasileira, não somente importando ou reproduzindo métodos estrangeiros.

Uma das propostas apresentadas, dada as divergências de opinião, era a constituição de uma comissão para melhor tratar da matéria. De toda forma, o dr. Emilio Maia insistiu que o foco principal deveria ser demonstrar a vantagem e a necessidade de introduzir a prática nos estabelecimentos de educação. Frente a esse quadro, o presidente da Academia na ocasião, Francisco Paula Cândido, se encarregou de apresentar uma memória a respeito, sem que saibamos se chegou a concretizar a tarefa.

De toda forma, Paula Cândido manteve-se sempre sensível ao tema. Em 1841 chegou a mencionar a ginástica no discurso proferido por ocasião da comemoração do 12º aniversário da associação médica. Nessa ocasião, uma sessão pública que contou com a presença do imperador, realizada no Palácio Imperial da Cidade, a prática foi citada como exemplo da relação desejável a ser estabelecida entre o conhecimento especializado e o Estado:

Em ultima análise fica incontestável a influência, que a ginástica, a sobriedade, e outros preceitos higiênicos erigidos em leis, adaptados à índole e necessidade dos Lacedemônios, exerceu na educação daqueles, que essas mesmas leis transformaram em heróis. (*Revista Medica Brasileira*, 1841b, p. 144)

¹¹ Os médicos que se pronunciaram sobre o tema foram Francisco Paula Cândido, Augusto Renato Cuissart, Francisco Júlio Xavier, Joaquim Vicente Torres Homem e Emilio Joaquim da Silva Maia. (*Revista Medica Brasileira*, 1841a, p. 19-22).

O presidente da Academia Imperial de Medicina adotou a postura usual da entidade: a defesa da ideia de que a medicina era a portadora de um saber sobre a saúde individual e coletiva que deveria prevalecer sobre a vida social e política do Império. Não será coincidência, aliás, que Paula Cândido ocupará a presidência da Junta Central de Higiene Pública entre os anos de 1850-1864, órgão responsável, desde 1850, pelas questões sanitárias do país (Ribeiro, 1992).

O futuro do país e da sociedade como um todo dependeria, segundo Paula Cândido, do diagnóstico proveniente da ciência e, em particular, da medicina: "No apogeu da civilização o legislador deve chamar à contribuição todos os ramos dos conhecimentos humanos sob pena de ficar atrás do século em que vive" (*Revista Médica Brasileira*, 1841b, p. 143.). Tal perspectiva ficava mais evidente nas atribuições que a Academia, segundo seu presidente, deveria exercer na educação brasileira, para ele uma estratégia para difundir o saber médico para a população.

Logo a entidade mais enfaticamente se pronunciaria a favor da necessidade do ensino da ginástica nas escolas de instrução primária. Nesse mesmo ano de 1841 Corrêa de Azevedo conforma tal posicionamento no parecer sobre o relatório *Da utilidade da gymnastica nas escolas de ensino primário*, apresentado à Academia pelos médicos José Pereira Rego Filho, João Pinto Rego Cesar e João Batista dos Santos.

Não se sabe ao certo o papel que a Academia Imperial de Medicina teve na introdução dos exercícios ginásticos no Colégio Pedro II, que ocorreu em 1841. Dois indícios, contudo, devem ser levados em conta: a) a ideia foi defendida por Emílio Maia com veemência no ano anterior; b) o mestre de ginástica contratado foi justamente Guilherme Luiz Taube, que quase 10 anos antes solicitara um parecer à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o seu tratado sobre ginástica.

Em todo caso, parece-nos adequado afirmar que, na perspectiva dos esculápios, a prática seria um dos elementos que materializaria a medicalização do cotidiano escolar. Um exemplo da defesa de tal perspectiva pode ser identificado na *Revista Médica Fluminense*, numa edição na qual foram publicados os preceitos de higiene estabelecidos pelo decano da Faculdade de Medicina de Paris e adotados nas escolas públicas francesas (*Revista Médica Brasileira*, 1842, p. 679). Além de diversas recomendações referentes a alimentos, bebidas, vestuário e banhos, a oferta de exercícios físicos, incluindo a ginástica, constituiu-se numa orientação que deveria ser seguida no meio escolar.

A educação voltada para a infância e juventude se constituiria, enfim, em *locus* por excelência da manifestação do saber médico sobre a ginástica. Essa, porém, seria uma das faces, entre outras, da prática a que os médicos dedicariam maior atenção sem que seu interesse a isso se restringisse.

Medicina e ginástica: legitimidade e burocratização

A partir da década de 1840 o processo de consolidação da autoridade médica sobre a ginástica foi progressivamente reconhecida oficialmente. O Estado imperial recorreria em diversos momentos aos facultativos a fim de se posicionar em relação às iniciativas que envolviam o tema. Devemos lembrar que a conversão da Sociedade de Medicina do

Rio de Janeiro em Academia Imperial de Medicina, em 1835, representava um importante passo na valorização das ciências médicas no interior da administração pública do Império.

Esse processo, que se intensificaria nas décadas seguintes, também se relacionava à própria estruturação do Estado, na qual é possível entrever: a especialização e divisão das tarefas da administração pública, as funções distribuídas entre atores e instituições; a estruturação hierárquica da autoridade, com áreas mais ou menos definidas de responsabilidade; o estabelecimento de regras e normas que regulam e operam a atividade estatal; a identificação de objetivos que orientam a agenda e a prática política. Em outras palavras, deve-se considerar que o conhecimento médico, incluindo o saber sobre a ginástica, foi se conformando como parte da burocracia imperial.

Um exemplo desse novo momento pode ser percebido por ocasião da tentativa de se estabelecer um empreendimento relacionado à ginástica na Corte, conforme se identifica na *Revista Médica Brasileira*, em junho de 1841(*Revista Medica Brasileira*, 1841c, p. 92). A Secretaria de Estado dos Negócios do Império solicitou à Academia Imperial um parecer sobre o projeto do dr. Antônio José Peixoto, cujo objetivo era instalar na capital a denominada Imperial Casa de Saúde e Instituto Ginástico Ortopédico. De acordo com o requerente, o estabelecimento se assemelharia à *Maison Royale de Santé* de Paris.

Vale destacar que a divulgação dos pareceres nos periódicos médicos, por ocasião das consultas do governo à Academia, deve ser vista não apenas como uma obrigação técnica, na medida em que a entidade recebia subsídios do Estado, mas também como uma circunstância que ajudava a consolidar a legitimidade do saber médico na sociedade da Corte.

Segundo o projeto de Peixoto, o estabelecimento funcionaria por meio de um contrato em que o Estado subsidiaria a instituição em troca do direito de utilizar alguns leitos e serviços oferecidos. Previa-se que o governo poderia enviar alunos de engenharia para se exercitar quatro vezes por semana no Instituto Ginástico Ortopédico, que contaria com um grande salão aparelhado com modernos equipamentos.

Além disso, a ginástica seria oferecida para enfermos com problemas físicos, de ambos os sexos. Os homens se exercitariam à tarde e as mulheres no horário da manhã, sendo que no caso delas seria possível o acompanhamento de algum parente.

O primeiro parecer emitido por uma comissão nomeada pela Academia Imperial de Medicina foi bastante alvissareiro. Limitando-se apenas ao domínio do que considerou realmente médico, a comissão celebrou, com poucas ressalvas, a iniciativa do dr. Peixoto: “Fácil e curto foi o trabalho dos vossos comissionados, pois há coisas de tão grande e tão palpável utilidade, que só precisam ser enunciadas para serem por todos compreendidas” (*Revista Medica Brasileira*, 1841c, p. 96)

Um dos pontos destacados foi que o estabelecimento não seria ligado às ordens religiosas, ampliando o acesso a serviços médicos independentemente da crença ou afiliação dos necessitados:

A necessidade do título de católico, e de afiliação à ordem, tornando esses pios estabelecimentos inacessíveis para um grande número de pessoas, e limitando singularmente sua utilidade, uma Casa de Saúde que aberta fosse a todos os homens e a todas as crenças, fazia-se, no estado atual da

nossa civilização, urgentemente necessária. Enfim, a ortopedia e a ginástica, que entram no projeto como partes integrantes, acabam de o tornar digno de toda a solicitude do governo. (*Revista Medica Brasileira*, 1841c, p. 97)

O acesso à ginástica médica e ortopédica não parecia ser, portanto, pelo menos na perspectiva da comissão da Academia Imperial de Medicina, um aspecto de menor importância:

É com vivo sentimento de prazer que nós vos anunciamos que o Rio de Janeiro vai possuir um estabelecimento de ortopedia e de ginástica. Só esta circunstância nos bastava para rogar-vos que deis vosso sufrágio ao projeto, cujo exame nos incumbistes. Quantas vezes, Senhores, cada um de nós se não viu obrigado a lançar o desespero no coração dos pais de filhos desgraçados, anunciando a insuficiência dos meios possuídos pela arte neste país, para curar esses desvios da coluna vertebral, que destinam a uma mais ou menos tardia, mas certa morte, os desgraçados que deles se acham afetados? [...] Quantos meninos caquéticos e incapazes, quando chegam à virilidade, de serem úteis à pátria e de preencherem os deveres de cidadão, deixarão de ser pesados a sua família pelo benefício dos exercícios ginásticos! (*Revista Medica Brasileira*, 1841c, p. 97)

Uma única sugestão se apresentou em relação à ginástica: trazer um professor da Europa para que a prática tivesse melhor proveito, uma vez que, segundo a comissão, seria imprudente confiar em homens inábeis a direção dos exercícios ginásticos. De certa forma, essa avaliação apontava a distância entre a ginástica médica preconizada pelos esculápios e aquela ensinada ou praticada em terras nacionais.

A despeito de tantos elogios, alguns meses depois, o dr. José Maurício Nunes Garcia fez um discurso com severas críticas ao relatório produzido pela comissão, que teria deixado, segundo seu entendimento, de cumprir com suas responsabilidades com o governo (*Revista Medica Brasileira*, 1841d, p. 203). Tais críticas abordaram tanto questões médicas como administrativas, entre as quais se apontou a oneração do tesouro público em face da pequena contrapartida oferecida pelo estabelecimento de saúde.

No que tange ao Instituto Ginástico Ortopédico, Nunes Garcia defendia que este não poderia dividir o espaço com a casa de saúde, uma vez que a proximidade entre os estabelecimentos poderia ser nociva. De acordo com o médico, aliás, a ginástica poderia ser ensinada no Colégio Pedro II, enquanto a ortopedia na escola de medicina, desde que fossem oferecidos os instrumentos e aparelhos necessários.

As críticas de Nunes Garcia parecem ter surtido efeito, uma vez que a Academia Imperial de Medicina não seguiu o apontado pela comissão, exarando parecer contrário ao projeto da Imperial Casa de Saúde e Instituto Ginástico Ortopédico. Mesmo considerando uma iniciativa de primeira necessidade e utilidade pública, a entidade sugeriu que esses estabelecimentos não poderiam ser constituídos da forma como estava previsto na proposta do dr. Antônio José Peixoto (*Revista Medica Brasileira*, 1841d).

Embora uma das preocupações principais de Nunes Garcia, e posteriormente da própria Academia, dissesse respeito aos custos ao cofre público sem as devidas garantias, as suas observações uma vez mais revelaram a existência de perspectivas diferentes sobre a ginástica.

Outros indícios da inserção do saber médico sobre a prática na estrutura administrativa do Estado podem ser vistos nos relatórios anuais do Ministério dos Negócios do Império. Diversos documentos da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária ressaltavam as relações entre ginástica e saúde no cenário escolar (Melo, Peres, 2013). Alguns cargos da estrutura governamental seriam ocupados por facultativos que concebiam a modalidade enquanto uma estratégia pedagógica indispensável. Esse seria o caso, entre outros, do dr. Abílio Cesar Borges, que integrou o Conselho de Instrução Pública da Corte entre 1871 a 1877.

Do mesmo modo, importa destacar a ação dos médicos que atuaram nos setores administrativos ligados diretamente à saúde. As iniciativas da já citada Junta Central de Higiene Pública é um dos importantes exemplos desse processo: em diversas ocasiões a ginástica e a educação física foram temas abordados nos relatórios desse órgão.

Por exemplo, no relatório de 1851, quando se discute o estado sanitário da capital, observa-se a necessidade de “estabelecer a mais vigilante inspeção na educação física da mocidade”, que se encontrava marcada pelo “maior desleixo” (Cândido, 1852, p. S2-17). Naquela ocasião, foi destacada a necessidade de se considerar de forma ampliada o tema, em particular nas escolas, como estratégia de melhorar as condições de saúde na Corte.

Diferentemente dos periódicos, as opiniões e as deliberações expressas nesses relatórios supostamente estariam mais próximas de serem convertidas em iniciativas concretas do Estado imperial. Todavia, nem sempre isso se observou.

A posição de Francisco Paula Cândido demonstra que houve poucos avanços desde o relatório que ele próprio escreveu em 1851: “nada se tem feito no sentido de melhorar a educação física de nossa mocidade: os meios materiais, os passeios, a ginástica, a natação, os exercícios, a água, o ar puro [...] tudo lhes faltaria” (1859, p. A-G-11).

Enfim, a despeito da importância dos posicionamentos dos médicos, cujas ações foram notáveis no delineamento de compreensões sobre a ginástica no século 19, em função das dificuldades de estruturar a burocracia do Estado recém-independente, alguns anos ainda tardariam para que houvesse uma maior efetivação das iniciativas ao redor do tema, inclusive no que tange a sua introdução nas escolas.

Considerações finais

É possível dizer que o processo de inscrição da ginástica na vida pública do Império também esteve associado à capacidade de legitimação social do saber médico sobre a prática. Esse processo, sem dúvida, dependeu da veiculação e produção de conhecimento por parte da comunidade médica e do reconhecimento de tal investimento pelo Estado e pela sociedade civil.

No entanto, embora relacionadas, tais esferas possuíam relativa autonomia entre si. Longe de se tratar de um decalque ou uma reprodução linear do saber médico-científico sobre as diversas instituições sociais e políticas do Império, percebe-se uma tessitura complexa e muitas vezes ambígua. A legitimação da relação entre saúde e ginástica não deve ser considerada, portanto, como uma ação exclusiva das instituições médicas. Essas intenções não foram capazes de transformar *tout court* os hábitos e as atitudes dos habitantes da Corte, que não se converteu imediatamente em uma sociedade medicalizada.

Nesse sentido, a relação entre ideias, estrutura e formação social fez com que a ginástica, associada à saúde, adquirisse um sentido particular na dinâmica social brasileira do século 19, embora com semelhanças com outros países. A lenta difusão, de que falam Vigarello e Holt (2009), parece não apenas ter ganhado novos contornos como, possivelmente, ocorreu de maneira bem eclética e complexa no quadro nacional.

Referências

- ANNAES BRASILIENSES DE MEDICINA. Rio de Janeiro, abr. 1852.
- ANNAES BRASILIENSES DE MEDICINA. Rio de Janeiro, out. 1853.
- ANNAES DE MEDICINA BRASILIENSE. Rio de Janeiro, julho de 1848.
- ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, dez. 1846.
- ARCHIVO MÉDICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, abr. 1847.
- ARCHIVO MEDICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, jan. 1848.
- CÂNDIDO, Francisco de Paula. Relatório do presidente da Junta Central de Hygiene Pública. In: BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1858 apresentado a assemblea geral legislativa na 3^a sessão da 10^a legislatura. (publicado em 1859)*. Rio de Janeiro: Ministério do Império, 1859, p. A-G-1-A-G-17. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1731/>>. Acesso em 15 set. 2013.
- CÂNDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da Capital do Império apresentado ao Ministério do Império pelo Presidente da Junta Central de Hygiene Pública. In: BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1851 apresentado a assemblea geral legislativa na 4^a sessão da 8^a legislatura. (publicado em 1852)*. Rio de Janeiro: Ministério do Império, 1852, p. S2-1-S2-19. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1723/>>. Acesso em 21 set. 2012.
- CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *Imperial Collegio de Pedro II*: o ensino secundário da boa sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 9 mar. 1838.
- DIÁRIO DO RIO JANEIRO. Rio de Janeiro, 6 ago. 1840a.
- DIÁRIO DO RIO JANEIRO. 20 ago. 1840b.
- EDLER, Flávio Coelho. *A medicina no Brasil imperial*: clima, parasitos e patologia tropical. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século 19: um balanço historiográfico. *Asclepio*, Madrid, v. 1-2, 1998, p. 169-186.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, ciências, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, 2004, p. 93-107.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et al (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas: Unicamp, 2003, p. 101-122.
- FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, ciências, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 1999, p. 331-351.

GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Uerj, 2004.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Farias. *A gymnastica no tempo do império*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Farias. O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. *História, ciências, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2013, no prelo.

MUSEO UNIVERSAL. Rio de Janeiro, 28 abr. 1838.

O DESPERTADOR. Rio de Janeiro, 2 jul. 1840.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes. Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para engendramento do campo da educação física no Brasil. Belo Horizonte: UFSM, 2003. 474f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, mai. 1841a.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, jul. 1841b.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, jun. 1841c.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, ago. 1841d.

REVISTA MEDICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, abr. 1842.

REVISTA MÉDICA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, abr. 1836.

REVISTA MÉDICA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, jun. 1839a.

REVISTA MÉDICA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, jul. 1839b.

REVISTA MÉDICA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, jul. 1840.

REZENDE, Joffre Marcondes. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Unifesp, 2009.

RIBEIRO, Lourival. *O Barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1992.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Unicamp, 2001.

SEMANÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro, n. 1, 3 jan. 1831a.

SEMANÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro, n. 3, 15 jan. 1831b.

SEMANÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro, n. 15, 9 abr. 1831c.

SEMANÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro, n. 119, 22 set. 1832a.

SEMANÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro, n. 120, 29 set. 1832b.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da, MELO, Victor Andrade de. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. *História, ciência, saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2011, p. 337-354.

SOARES, Carmen Lúcia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen Lúcia (org.). *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 109-129.

VIGARELLO, Georges. *Le corps redressé: histoire d'un pouvoir pédagogique*. Paris: Armand Colin, 2004.

VIGARELLO, Georges. A invenção da ginástica no século 19: movimentos novos, corpos novos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, 2003, p. 9-20.

VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. O corpo trabalhado: ginastas e esportistas no século 19. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs.). *História do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 393-478.

VICTOR ANDRADE DE MELO é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua nos programas de pós-graduação em Educação e História Comparada.

Endereço: Largo de São Francisco, 1, sala 311 - 200051-070 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

E-mail: victor.a.melo@uol.com.br.

FABIO DE FARIA PERES é doutor em Saúde Pública e realiza pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História Comparada, com bolsa Capes/Faperj.

Endereço: Largo de São Francisco, 1, sala 311 - 200051-070 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

E-mail: fabioperes@ymail.com.

Recebido em 16 de abril de 2014

Aceito em 5 de novembro de 2014.